

## Despesa com BPC e aposentadorias está subestimada em até R\$22 bi, para analistas

**Contas públicas** Despesas em 2025 podem ser até R\$ 22 bilhões maiores que as previstas e vão exigir novos bloqueios de verbas, alertam especialistas

# Gasto com previdência e BPC está subestimado, defendem economistas

Jéssica Sant'Ana  
De Brasília

Os gastos com benefícios previdenciários e com o Benefício de Prestação Continuada (BPC) devem ficar acima do estimado pelo governo no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025, de acordo com economistas e especialistas em contas públicas ouvidos pelo Valor. Essas duas rubricas, quando somadas, estariam subestimadas entre R\$ 17 bilhões e R\$ 22 bilhões, repetindo fenômeno que já foi observado neste ano, o que técnicos do governo negam.

A estimativa mais baixa permite que a equipe econômica entregue um Orçamento dentro da meta de déficit zero, mas, ao longo do ano, se confirmasse a necessidade de um gasto maior, o valor é corrigido, o que normalmente reflete no bloqueio de verba de outras pastas.

Na peça orçamentária enviada ao Congresso Nacional, o governo prevê que gastará R\$ 1,007 trilhão com benefícios previdenciários no ano que vem, montante 9,11% maior que o reprogramado para este ano no terceiro relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas. O número inclui sentenças judiciais e Comprev, uma compensação entre o

INSS e os regimes próprios de Previdência Social. Também é do ponto de vista financeiro, ou seja, do fluxo de caixa que será pago ao longo do ano.

Já para o BPC, o governo estimou gastar R\$ 118,4 bilhões em 2025, alta de 6,19%. O BPC, apesar de pago pelo INSS, não é um benefício previdenciário. É um auxílio assistencial destinado a idosos e pessoas com deficiência carentes que nunca contribuíram à Previdência Social.

O bloqueio de R\$ 11,2 bilhões anunciado em julho nas despesas discricionárias dos ministérios neste ano foi motivado, principalmente, pela expansão dessas duas rubricas acima do orçado no Orçamento. Fato semelhante pode acontecer em 2025, de acordo com economistas ouvidos pela reportagem.

O BTG Pactual projeta que há uma subestimação de R\$ 22 bilhões com esses dois gastos, sendo de R\$ 18 bilhões na Previdência e R\$ 4 bilhões no BPC. Os números já incorporam a economia esperada pelo pente-fino nas duas rubricas.

A XP Investimentos calcula que os valores projetados pelo governo estão R\$ 17,1 bilhões abaixo do devido, sendo que a Previdência gerará uma despesa R\$ 9,77 bilhões maior que o apresentado no PLOA, enquanto no BPC a dife-

rença será de R\$ 7,38 bilhões.

A Warren Investimentos calcula uma subestimação total de R\$ 18,6 bilhões, puxada por Previdência (R\$ 13,9 bilhões) e depois por BPC (R\$ 4,7 bilhões). Já o Banco Inter estima uma defasagem de R\$ 19,6 bilhões, sendo R\$ 16 bilhões com benefícios previdenciários e R\$ 3,6 bilhões com o auxílio assistencial, mas não leva em consideração a economia anunciada com o pente-fino.

"As despesas com Previdência e BPC estão claramente subestimadas [no PLOA 2025]. Isso é um problema grave, porque torna a peça orçamentária pouco realista, sobretudo quando combinada com um volume também otimista, para dizer o mínimo, de receitas atípicas", afirma Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos.

Rafaela Vitória, economista-chefe do Banco Inter, explica que o principal motivo para a diferença entre a projeção do mercado e a do governo está no fato de o PLOA 2025 usar como base de cálculo a despesa com Previdência e BPC prevista para 2024 no último relatório bimestral, que também estaria subestimada.

Os economistas também têm dúvida se o governo conseguirá entregar a economia de R\$ 6,4 bilhões com o pente-fino do BPC e



**"Revisão tem pouco efeito no valor médio dos benefícios ou no fluxo de novos beneficiários"**  
Tiago Sbardelotto

de R\$ 10,5 bilhões com as medidas ligadas à Previdência Social. Essas reduções foram consideradas pelo governo no PLOA 2025.

"No caso do BPC, a estimativa de crescimento total da despesa em 2025 é R\$ 1 bilhão inferior à correção do valor estimado para 2024 apenas pelo salário mínimo. Ou seja, a revisão destes benefícios, estimada em R\$ 6,4 bilhões, teria que ser capaz de neutralizar o crescimento líquido do quantitativo de beneficiários, e ir além, cortando um R\$ 1 bilhão do crescimento que viria do valor dos benefícios", explica Jefferson Bittencourt, head de macroeconomia do ASA.

No caso da Previdência, a economia prevista é mais "viável de ser alcançada", na sua avaliação, diante da magnitude total da rubrica. "Mas o crescimento real dos benefícios está estimado em um patamar bastante tímido, de modo que não seria surpreendente que ao longo da execução a correção da estimativa zerasse os ganhos com a revisão de benefícios", explica Bittencourt.

Já Salto afirma que a revisão de gastos anunciada pelo governo "não é uma revisão". É combate às fraudes identificadas, o que é dever do Estado, vale dizer. De todo modo, consideramos parte dos efeitos já nas projeções", afirmou o economista-chefe da Warren.

Avaliação semelhante fez Tiago Sbardelotto, economista da XP, em relatório a investidores: "A revisão é totalmente focada em registros e medidas administrativas, mas tem pouco efeito no valor médio dos benefícios ou no fluxo de novos beneficiários".

Rafaela Vitória acredita que há espaço para alguma redução de

despesa com o pente-fino, considerando a forte aceleração dos benefícios nos últimos 18 meses e os indícios de irregularidades. Mas ela pondera que o governo deve ter "dificuldade em cortar benefícios, considerando as lideranças políticas e a propensão em expandir gastos".

Em entrevista ao Valor na semana passada, um dia antes da entrega do PLOA, o presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Alessandro Stefanuto, disse que a projeção do governo para as despesas previdenciárias em 2025 é crível.

"Eu entendo quando os economistas falam que o número [de 2025] vai usar como base [de partida] o gasto de 2024, que pode estar subestimado. Mas eles não olham o qualitativo, que é o trabalho de revisão que estamos fazendo", argumentou na ocasião, dizendo que o resultado do pente-fino será sentido nas contas públicas já a partir de agosto deste ano, quando começará a tendência de "estabilização" da despesa previdenciária.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Brasil Caderno: A Pagina: 4